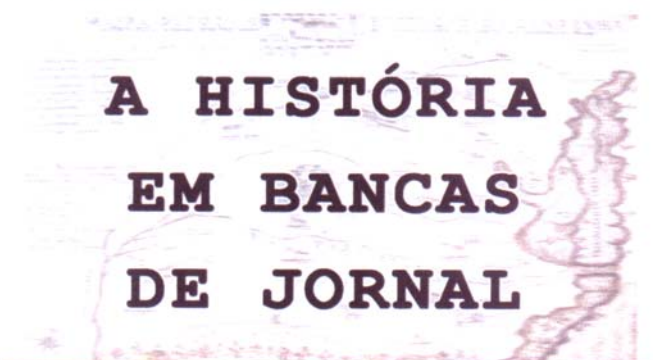




ECLÉTICA 2005

Publicação eventual do Departamento de História/FFLCH/USP



A HISTÓRIA EM BANCAS DE JORNAL

Responsável: Profa Dra. Raquel Glezer
Monitora PAE - Estágio de Preparação Pedagógica: Silene Ferreira Claro
Trabalho de curso da disciplina Teoria da História I
0401 - Noturno - 1º. Sem. 2005.

A HISTÓRIA EM BANCAS DE JORNAL

Raquel Glezer¹

Introdução

As experiências dos professores das disciplinas teórico-metodológicas em curso de História, bacharelato ou licenciatura, podem ser generalizadas, pois usualmente enfrentam incompreensões por parte do alunado e de colegas. Não importam as denominações: Introdução aos Estudos Históricos ou Metodologia da História; Filosofia da História; Teoria da História; História da Historiografia... Afinal, para que elas servem? O que fazem em um currículo sobrecarregado?

As outras disciplinas obrigatórias de um curso de História possuem conteúdo definido por espaços geográficos (América, Brasil, África, Ásia), ou recorte cronológico (História Antiga, História Medieval, História Moderna, História Contemporânea). O recorte cronológico ainda se impõe ao recorte geográfico, apesar dos questionamentos apresentados nos últimos trinta anos, a partir da obra de Chesneaux² sobre o uso ideológico da periodização. As disciplinas optativas se organizam por temas, processos explicativos, fontes ou campos historiográficos.

Diversamente, as disciplinas teórico-metodológicas deslocam-se em espaços e tempos variados, pois podem se articular por conceitos, teorias explicativas, formulações teóricas de processos históricos, análises historiográficas de autores, temas relevantes, questões significativas ou momentos marcantes.... quase sempre fugindo ao recorte espacial e/ou ao cronológico.

Para os alunos, as disciplinas teórico-metodológicas se apresentam como um conjunto complexo. Têm dificuldade de reconhecer nelas o que conhecem como História, isto é, o campo de conhecimento que aprenderam a reconhecer como tal nos livros didáticos, manuais acadêmicos e livros dos historiadores. As discussões sobre o que são documentos, fatos históricos, fontes, memórias, monumentos, os questionamentos sobre os conceitos nos livros escritos pelos historiadores, ou os debates sobre os usos de cultura material, cultura imaterial, história oral, memória social, micro-história e macro-história, genealogia, memória local se apresentam como complicações do que aparenta ser simples e conhecido.

Qual a finalidade de uma disciplina como Teoria da História no processo de formação de um profissional da história? As reflexões que são propostas aos alunos têm qual finalidade? As respostas podem ser tão múltiplas como o campo: conhecer a História da História; perceber como o campo dos estudos históricos foi formado e quais as transformações que sofreu; aprender a reconhecer os conceitos e as teorias que embasam os trabalhos dos historiadores, identificar os pressupostos da seleção de temas, fatos e dos arranjos dos conteúdos. De forma sintética, reconhecer que o conteúdo da história que encontram nos livros é um produto cultural datado (linguagem, conceitos, preconceitos), da mesma maneira que os textos que produzem em seus trabalhos.

Para nós, professores nestas disciplinas, as questões teóricas devem fundamentar os trabalhos dos historiadores, quer os de pesquisa em campo, não importando o tipo de fonte explorada - arquivística, bibliográfica ou de história oral, quer os de análise historiográfica sobre as obras de historiadores, nas variadas formas que podem assumir.

¹ Profa. Titular Teoria da História e Metodologia da História/Departamento de História/FFLCH/USP; e-mail: raglezer@usp.br.

² Cf. Jean Chesneaux. *Du passé faisons table rase? : a propos de l'histoire et des historiens*. Paris: F. Maspero, 1976; trad. brasileira *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

Tais questões estavam em nosso horizonte de preocupação quando propusemos aos alunos matriculados na disciplina Teoria da História I – 0401 - Noturno, no primeiro semestre de 2005, cujo programa havia sido formulado com o objetivo de possibilitar uma visão panorâmica de algumas formas de reflexão sobre a história até o início do século XX, com aulas teóricas e leituras de textos de alguns autores clássicos, algo a mais: um trabalho empírico, levando em consideração as restrições e limitações aos alunos dos cursos noturnos: biblioteca em horário restrito; arquivos, centros de documentação e museus fechados, nos horários que os alunos poderiam dispor para alguma atividade extra classe.

Que material poderia ser utilizado, que estivesse acessível e cujas informações complementares pudessem ser localizadas por quem cumpre oito horas de trabalho diárias em cinco dias por semana? A nossa proposta foi a de explorar um material recente, visível e de fácil aquisição, que existe e se oferece nas bancas de jornal – as revistas de divulgação de história, em suas múltiplas apresentações e em seus variados níveis de formulação.

Temos a certeza que nem todas as publicações existentes foram exploradas, pois tal não era a intenção da proposta, que tinha como objetivo proporcionar aos alunos quase todas as etapas de um projeto de pesquisa, a partir da seleção de fonte e temas de interesse dos autores dos trabalhos, que foi respeitada, quer pela possibilidade de acesso³. Apesar da vasta rede de bancas de jornal existentes na área metropolitana, nem todas contém exatamente o mesmo conjunto de publicações, dependendo do local em que estão e da clientela a que atendem.

Em complementação

Depois dos trabalhos de pesquisa e redação realizados e entregues, na fase de preparação e edição digital para inserção no sítio (www.raquelglezer.pro.br), encontramos na rede algumas referências sobre o mesmo assunto, como a indicação do trabalho de Iniciação Científica na Faculdade Cásper Libero de Marcela Rosa Mastrocola, denominado “Aventuras na História: intermediários culturais, mercado editorial e cultura de consumo”⁴, em nota, sem data, acesso ao texto ou resumo. E o texto de Thathiana Murillo, datado de 05.12.2004, com o título de “*Páginas do passado: o boom das revistas de História*”, no qual a autora traça um histórico das revistas de história de divulgação em vários países e o início de tais periódicos do Brasil, a partir de 2003⁵.

Não consideramos a nossa pesquisa exaustiva e é possível que existam outros estudos sobre o mesmo tipo de material.

³ Os trabalhos, de modo previsível, concentraram-se nas revistas com maior facilidade de acesso: *Nossa História*, *História Viva*, *Aventuras da História*. Outras publicações foram também localizadas e selecionadas pelo interesse dos alunos. Ao menos uma publicação não foi explorada - a *Brasilis*, da editora Atlântica, do Rio de Janeiro, coordenada por Luis Felipe Baeta Neves. Ela era inicialmente vendida por assinatura, e só conhecemos os dois números iniciais. O sumário deles pode ser encontrado no sítio: <http://atlanticaeditora.com.br/>.

⁴ No sítio www.facasper.com.br/cip/iniciencia: “tema: Estudo sobre o fenômeno das revistas de história no contexto da hipermodernidade, com base na análise da publicação *Aventuras na História ...*”; e-mail: marcelamastrocola@gmail.com.

⁵ Thathiana Murillo. *Páginas do Passado: o boom das revistas de História*, datado de 12.05.2004, no sítio O cisco, <http://www.ocisco.net/thati10.htm>; e-mail thathanamurillo@uol.com.br.

1. Enfrentar os preconceitos

A seleção do material para ser pesquisado decorreu de sua facilidade de acesso, por um lado. Em nossos dias, a história está nas bancas de jornal, em formas variadas. Está nos jornais diários - que são uma das fontes para a história do tempo presente e para a história contemporânea; nas revistas semanais e/ou mensais de viés informativo ou analítico de variadas tendências políticas; nas coleções de obras clássicas para divulgação – como a coleção ‘Os Pensadores’ ou a coleção ‘Pensadores Brasileiros’. Seleccionamos uma materialidade específica - as revistas de temas históricos, voltadas para o público consumidor não-especializado.

A multiplicidade de periódicos e publicações de assuntos variados nas bancas de jornal é indicativo de alguns processos característicos da sociedade contemporânea pós-industrial: a ampliação do público leitor, decorrente dos processos de urbanização e alfabetização; a ampliação do acesso ao conhecimento; o atendimento pelas empresas editoras de todas as áreas de interesse do público leitor, em suas múltiplas identidades sociais⁶. Este foi o outro elemento fundamental para a escolha do objeto – a possibilidade de captar um fenômeno social ‘quente’, em sua concretização, na vivência do processo, que precisa ser analisado e compreendido. Em nossos dias, a diversificação da mídia impressa, em miríades de pequenas empresas gráficas – algumas das quais de vida curta, ao lado dos conglomerados de empresas gráficas e das de mídias, soma-se ao complexo jogo dos cruzamentos de todas as mídias – imprensa, cinema, televisão, eletrônicas, digitais...

Lembremos também que em nossos dias há associações entre empresas, para atingir determinados segmentos do público, com a criação de marcas novas, ocultando a empresa principal e dificultando o acompanhamento das questões mercadológicas.

Alunos de graduação estão acostumados com a leitura de textos selecionados por professores – capítulos de livros e/ou artigos publicados em periódicos acadêmicos, cujos padrões correspondem aos parâmetros da comunidade científica. Não há a preocupação com o perfil da publicação, pois a responsabilidade de seleção é do professor. A valoração realizada é pela especialidade do autor, respeitabilidade da revista, reconhecimento da instituição que a publica - todos elementos de identificação de comunidade científica e de reconhecimento entre pares.

As próprias revistas acadêmicas se transformaram, no decorrer do século XX, de recurso informativo e quase que exclusivamente erudito, em fontes reconhecidas para os trabalhos historiográficos, e hoje são objetos de pesquisa para análises de conteúdo, que variam conforme as orientações dos campos historiográficos.

Por outro lado, raramente o material de vanguarda do conhecimento, o da ‘literatura cinza’⁷ é utilizado, mantendo-se como exclusividade do circuito especializado e restrito dos pesquisadores.

No país, há crescente desenvolvimento do campo de pesquisa sobre a história do livro e da leitura⁸. As revistas de literatura, de educação e as semanais gerais têm recebido

⁶ Sobre as identidades sociais contemporâneas, ver Serge Moscovici. *Representações sociais*. Investigações em psicologia social. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

⁷ Literatura não convencional, conhecida por ‘literatura cinza’ (teses, folhetos, anais, proceedings, relatórios de pesquisas, notas técnicas, indicadores de ciência e tecnologia, preprints, publicações seriadas e trabalhos não publicados). Cf. <http://www.ige.unicamp.br/site>.

⁸ Ver: a) sitio: www.livroehistoriaeditorial.pro.br/, do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial, realizado entre 8 e 11 de novembro de 2004, na Casa de Rui Barbosa, na cidade do Rio de

atenção sistemática desde a década de setenta do século XX, vasto material que pode ser encontrado nas bibliotecas. Contudo, são escassos os estudos analíticos sobre as revistas de história no país, com exceção dos estudos sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que utilizam o seu periódico, o mais antigo do país, datado de 1838, mais como fonte sobre a instituição do que como objeto de análise⁹.

A proposta de analisar as publicações encontradas em bancas de jornal foi, por alguns alunos, questionada pelo fato de não ser este um material ‘respeitável’. A desqualificação é devida ao fato de revistas comerciais não terem a mesma estrutura formal dos periódicos acadêmicos, principalmente a revisão por pares. E que os artigos não poderiam ter conteúdo acadêmico e ser resultado de trabalho de pesquisa de historiadores. A maior crítica foi que as revistas comerciais tinham como alvo um público genérico e não-especializado. Afinal, trabalhar com ‘material de divulgação ou vulgarização’ não era um trabalho adequado aos historiadores em formação¹⁰.

No decorrer da pesquisa, mesmo os alunos mais renitentes acabaram mudando de opinião, pois conseguiram verificar que entre as revistas para o grande público existem níveis diferenciados de informação, apresentação de resultados de pesquisa, debates sobre questões de momento e um trabalho de apresentação ao público de textos escritos por historiadores. O conteúdo apresentado depende do público visado pela revista.

2. A popularização da cultura

O fenômeno do público consumidor de produto cultural oferecido em bancas de jornal no Brasil data dos anos sessenta do século XX, quando a Editora Abril¹¹ lançou edições de obras em fascículos, mas continuou mantendo-se basicamente como uma editora de histórias em quadrinhos infantis e juvenis, e, de publicações românticas destinadas a adolescentes e mulheres jovens, vendidas em bancas. Na área específica da História, a primeira foi a coleção ‘Grandes Personagens da Nossa História’ - biografias de personagens da História do Brasil, em fascículos, com textos escritos por professores de história. E depois, nos anos da ditadura militar, lançou a coleção ‘Os pensadores’-volumes encadernados de obras de autores clássicos da cultura ocidental, que muitas

Janeiro; b) sitio da Intercom: www.intercom.org.br/, especificamente para os textos resultantes de pesquisa apresentados nos eventos da área: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br>.

⁹ Ver, entre outros: Isa Adonias. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - 150 anos*. Rio de Janeiro: Studío HMF, 1990; Virgílio Correia Filho. Como se fundou o Instituto Histórico. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 255, 1962; Max Fleiüss. *O Instituto Histórico através de sua Revista*. Rio de Janeiro: IHGB, 1938; Lúcia Maria Paschoal Guimarães. "Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial": o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 156, 388, 1995; Manoel Luís Salgado Guimarães. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/Vértice, no. 1, 1988, pp. 5-27;-----De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, volume 4, no. 1, 1989, pp. 135-144; Lília Moritz Schwarcz. "Os guardiões da nossa história oficial". Os institutos históricos e geográficos brasileiros. São Paulo: IDESP, 1989; ----- . *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; Arno Wehling. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 338, 1983, pp. 7-16;----- .Historicisimo e concepção de História nas origens do IHGB. In: ----- (org.) *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas, sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989, pp. 43-58.

¹⁰ Apesar dos questionamentos, uma grande parte dos alunos possuía alguns exemplares das revistas de divulgação nacionais e recorreram ao seu próprio material; outros, de forma surpreendente, possuíam exemplares de revistas editadas em outros países, o que aparece em seus trabalhos.

¹¹ No sítio da Editora Abril está a história da empresa, ver <http://www.abril.com.br/br/conhecendo/>.

vezes estavam recebendo a primeira edição no país, com tradução por professores especialistas no autor ou no assunto, quebrando o preconceito existente contra a compra de livros em bancas de jornal. A série de sucessos editoriais foi interrompida com uma coleção de história do Brasil, a ‘Saga’, que não foi completada. Embora a Editora Abril se apresente como a pioneira na edição de obras de divulgação para o grande público consumidor, apenas atualizou uma forma de divulgação que já existia, a da edição de obras clássicas ou informativas em tiragens maiores que as usuais. Antes dela, existiram outras iniciativas de divulgação e popularização da cultura no país, que ainda não foram devidamente estudadas.

A coleção ‘Tesouro da Juventude’¹², marco na vida de milhares de jovens leitores, foi difundida por vendedores em muitas das cidades do país, independente de seu tamanho e da existência de livrarias. O mesmo ocorreu com as coleções de obras de história como Cesare Cantú¹³, H. G. Wells¹⁴ e Will Durant¹⁵.

A Editora Ediouro¹⁶ tinha e ainda tem forte atuação na área da divulgação de autores clássicos, mas seus livros, em pequeno formato e em papel jornal, só podiam ser encontrados em livrarias. Além das citadas, existiram outras coleções de obras literárias destinadas a um público consumidor maior que o tradicional consumidor em livraria: a coleção ‘capa amarela’ de grande formato da Editora Globo de Porto Alegre – hoje Globo Livros¹⁷, com traduções de obras clássicas e contemporâneas, por intelectuais de renome, e, a coleção Saraiva, da editora do mesmo nome¹⁸, com volumes de pequeno formato, em papel jornal, que era vendida porta a porta para as famílias interessadas. A Editora Agir¹⁹ também teve uma coleção de clássicos em pequeno formato e em antologia, ‘Nossos Clássicos’.

A estrutura de venda porta a porta que foi desenvolvida na primeira metade do século XX continua ainda em nossos dias, com enciclopédias escolares e coleções de obras informativas em geral.

¹² Esta obra teve diversas edições, pela W. M. Jackson Editores, dos anos vinte até os anos cinquenta.

¹³ Cesare Cantú. *História universal*. Obra de tanto sucesso que recebeu várias edições, entre outras: a) Rio de Janeiro: Fluminense, 1883; b) Rio de Janeiro: Livraria João do Rio, 1931; c) São Paulo: Américas, 1946. 32 v.; d) São Paulo: Edameris, 1970, ed. resumida.

¹⁴ H. G. Wells. *História universal: da ascensão e queda do império romano até o renascimento da civilização ocidental*. São Paulo: Nacional, 1939. 3 v.

¹⁵ Will Durant. *História da civilização*. São Paulo: Ed. Nacional, 1943. 18 v. A obra teve edições em 1956 e 1967, e em outras editoras. O autor continua sendo editado no país, podendo suas obras ainda serem encontradas em livrarias. Dados sobre sua vasta produção podem ser encontrados no sítio da **Will Durant Foundation**, <http://www.willdurant.com/home.html>

¹⁶ Ver em *Wikipédia, a enciclopédia livre*, sítio: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ediouro>.

¹⁷ Cf. <http://globolivros.globo.com/>; a Rio Gráfica Editora adquiriu em 1986 a Editora Globo. A história sintética da Editora Globo pode ser lida na *Wikipédia, a enciclopédia livre*. Sítio: http://pt.wikipedia.org/wiki/Editora_Globo. Sobre a editora há a indicação do livro de Elisabeth Wenhausen Rochadel Torresini, *Editora Globo: uma aventura editorial nos anos 30 e 40*. São Paulo: EDUSP, s.d., na Coleção Memória Editorial.

¹⁸ Ver sítio: <http://sf.editorasaraiva.com.br/port/perfil/historico>; cf. dados da empresa, em 1946 foi lançada a Coleção Saraiva, dirigida por Mário da Silva Brito e Cassiano Nunes, que incluía autores nacionais e internacionais como Machado de Assis, José de Alencar, Menotti del Picchia, Orígenes Lessa, Henry James, Edgar Allan Poe, Herman Melville, ilustrada por artistas de renome, como Aldemir Martins, Darcy Penteadó, Nico Rosso, com traduções de Otávio Mendes Cajado, Décio Pignatari, Nair Lacerda e José Geraldo Vieira. A forma de comercialização era por assinatura, feita por vendedores, com entrega do exemplar publicado mensalmente; vendeu milhares de volumes, pois editou 287 títulos, alguns dos quais com tiragem de até 50.000 exemplares.

¹⁹ Ver histórico da empresa no sítio: <http://www.editoraagir.com.br/historico>; cf. dados, foi adquirida pela Ediouro, em 2002.

Da metade para o final do século XX, as bancas de jornal se tornaram o lugar de exposição da mais ampla variedade de publicações, de todos os assuntos possíveis e imagináveis, para todos os tipos de leitores.

3. O contexto

Há uma explicação corrente para o alto preço dos livros editados no Brasil: a falta de público leitor, pois existem poucas livrarias pelo país e, portanto, poucos leitores. Contudo, as vendas de ‘best-sellers’ desmentem tais afirmações: milhares de livros são vendidos em curto espaço de tempo. Se existissem tão poucos leitores no país, como afirmam as editoras de livros para venda em livrarias, as editoras que lançam seus produtos culturais em bancas de jornal não teriam crescido e multiplicado.

O crescimento das editoras especializadas em publicações para bancas de jornal deve ser relacionado com outros dados: aumento da população, predominância da urbanização, crescimento da escolaridade, aumento da renda familiar, capilaridade dos meios de divulgação de massa pelo país e interligação entre as diversas ‘mídias’.

Dos fenômenos citados, o aumento populacional se destaca: em 1950, a população do país era de 51.949.397, e, em 2000, de 169.799.170 de habitantes²⁰. No mesmo período, a população urbana passou de crescente a dominante, decorrência de fatos distanciados no tempo, mas que explicam alguns aspectos do fenômeno: em 1938, todas as sedes de município passaram a ter o título de cidade, não importando a população; nos anos cinquenta a industrialização por substituição de importações e de bens de capital deslocou uma grande parcela da população de áreas rurais para algumas áreas urbanas; e, em 1988, a Constituição passou a permitir maior facilidade para a divisão de municípios e ampliou os repasses do governo federal para os entes municipais, o que possibilitou a expansão numérica deles. Em cada município, mesmo que não exista biblioteca pública ou livraria, obrigatoriamente deve existir escola fundamental básica, e, pode existir uma banca de jornal, mesmo que seja a única na estação rodoviária.

O processo de modernização econômica do país a partir de meados do século XX possibilitou a melhoria da infra-estrutura em transportes e comunicação; a ampliação do processo de escolarização com o objetivo da universalização do ensino fundamental e posteriormente do ensino médio; o emprego em setores que previamente não existiam; o crescimento da massa salarial; o crescimento do mercado educacional para atender a demanda de mão-de-obra mais especializada; o desenvolvimento de redes de comunicação via mídia eletrônica pelo país, que criaram um mercado nacional para determinados produtos, inclusive para os da indústria cultural.

A existência de milhares de aparelhos de televisão pelo país substituiu em grande parte a imprensa escrita como fonte de informação, por um lado, e, por outro, criou um outro mercado produtor e consumidor com a possibilidade de inter cruzamento de mídias. Os produtos culturais da televisão promovem a venda de publicações escritas – sobre ela mesma, os programas, os participantes de suas produções (autores, diretores, atores e outros especialistas). Também algumas produções televisivas, como telenovelas e minisséries promovem publicações escritas – os livros originais, as adaptações, e depois os vídeos, os cds e os DVDs. O lançamento de filmes, nacionais ou estrangeiros, com chamadas em televisão, e com eventual apresentação posterior em horários especiais, também alavanca publicações destinadas ao grande público, informando sobre a obra, roteiro, diretor, atores e outros especialistas. Os temas épicos ou históricos, quando explorados pelas mídias cinematográficas e televisivas, envolvem altos custos de

²⁰ Conforme dados do IBGE, no sítio: www.ibge.gov.br/, em Síntese dos censos demográficos.

produção, que são parcialmente recuperados ou ampliados pelos produtos em paralelo: publicações impressas, vídeos, cds e dvds, além de outros produtos destinados ao público infantil e/ou juvenil, da mesma forma que os filmes de entretenimento.

Se há momentos em que a sociedade ocidental parece esquecer da existência da história, apesar de estar imersa nela, em outros há preocupação com ela. Geralmente, em datas comemorativas de fatos históricos relevantes há a ressurgência do interesse pela história, quer como processo, quer como narrativa. Em determinados momentos, a sociedade como um todo se sente atraída por fatos históricos – em livros com temas históricos, biográficos ou pseudo-históricos; em filmes biográficos, épicos, históricos ou míticos; em docu-dramas históricos ou documentários sobre fatos históricos, reconstituídos com material de época. Não é possível identificar claramente se tal interesse é uma válvula de escape – fuga/refúgio para um tempo mítico de paz e segurança, ou, genuíno, para compreender a sociedade e o momento em que vive. Em nossos dias, no início do século XXI, há retomada da curiosidade por fatos históricos, que aparece tanto nas produções impressas, como nas cinematográficas e nas televisivas. Os motivos que provocam tal interesse podem ser variados: insegurança diante das transformações em curso; dificuldades de compreender a fase histórica em que vive; medo diante do desconhecido; necessidade de reafirmar o conhecido diante de outras propostas de organização social e tantas outras questões possíveis de serem arroladas.

Quanto as motivações que levaram ao lançamento das revistas de divulgação de história no país, Thatiana Murillo utiliza a referência das comemorações dos quinhentos anos do descobrimento como o motivo para o lançamento de tais publicações²¹. A nosso ver, tal explicação não se aplica totalmente – teria pleno sentido se estas tivessem começado a ocorrer no mesmo ano ou no seqüente, o que não ocorreu, pois datam de 2003 em diante. As explicações podem ser procuradas tanto no contexto nacional – a consolidação do processo de urbanização, universalização da educação básica e suas conseqüentes transformações, como no maior acesso a informações internacionais, na divulgação em tempo real pela televisão dos fatos de setembro de 2001, na retomada do ciclo de guerras simultâneas, na sensação de ameaça diante do desconhecido que pode estar se aproximando – elementos que podem ter contribuído para que se concretizasse no país algo de novo, as revistas de divulgação de história. Devemos lembrar que tal tipo de publicação existe em outros países há muitos anos, desde o começo do século XX, mantendo continuidade e possibilitando a divulgação do conhecimento historiográfico a um grande número de pessoas, o que pode ter permitido o crescimento do mercado editorial dos livros especializados em história e das grandes coleções do final do século XX²².

²¹ Ver nota 3.

²² Além da venda de milhares de exemplares de algumas obras de história como *Le Dimanche de Bouvines: 27 juillet 1214*, de Georges Duby. Paris: Gallimard, 1986, e, *Montaillo, village occitan de 1294 a 1324*, de Emmanuel Le Roy Ladurie. Paris : Gallimard, 1975, pensamos nas coleções como História das Mulheres e História da Vida Privada, que foram sucesso editorial destacado, foram traduzidas no Brasil e inspiraram coleções similares nacionais.

4. Cultura de massa

È muito interessante para o historiador verificar como a conceituação de ‘cultura de massa’ tem sido vista pela sociedade, principalmente em uma proposta como a que fizemos, de explorar uma fonte da cultura de massa impressa, destinada a um público leitor não especializado.

A conceituação da existência de uma ‘cultura de massa’ ou ‘cultura popular’ se opõe a de uma ‘cultura erudita’, mais valorizada porque de ‘melhor qualidade’, mais restrita e limitada aos que a ela têm acesso, por poder aquisitivo e domínio cultural.

A ‘cultura erudita’ é resultante da decantação da produção cultural da sociedade ocidental cristã e é o cânone dos valores culturais - a ‘alta cultura’ é o conhecimento e apreciação dos clássicos na literatura, música, balé, teatro, pintura e escultura, em oposição a uma outra cultura, considerada inferior por não ter o mesmo conteúdo e relevância, produzida e vivenciada no cotidiano pelas pessoas comuns, ‘a cultura popular’, que é muitas vezes confundida com ‘folclore’, em uma concepção conservadora e nacionalista estreita.

Tomada em senso estrito, a concepção canônica de cultura faz com que toda a produção cultural do mundo moderno industrial do século XIX e do pós-industrial do século XX, todos os questionamentos, críticas, leituras e releituras da sociedade contemporânea fiquem fora dos parâmetros estabelecidos.

Mas a produção cultural possui a sua própria dinâmica, riqueza e complexidade, e é indicativa da reflexão e crítica do mundo no qual o indivíduo produtor/consumidor está inserido e vive. Para os artistas contemporâneos, o cânone não é um obstáculo. Na realidade diária da sociedade pós-industrial, todas as artes se libertaram do cânone. A multiplicidade das formas de expressão literária e artística é quase impossível de ser totalmente conhecida em nossos dias. O rádio, o cinema e a televisão se inscreveram no campo da produção e da reprodução cultural, da mesma forma que a imprensa. E o mundo da produção digital está seguindo a mesma trajetória, de modo mais acelerado.

Contudo, a resistência às novas formas de arte e conhecimento ainda é grande. No campo dos estudos humanísticos, o domínio do cânone se manteve por mais tempo. E só no último quartel do século XX ele passou a ser questionado por grupos feministas, étnicos, de culturas minoritárias e pelos pesquisadores pós-modernos, que exigem que a noção de cultura seja mais inclusiva e menos restritiva.

A valorização da oposição entre a ‘cultura erudita’ e a ‘cultura popular’ pode ser entendida como uma atitude socialmente conservadora, a partir da Revolução Francesa, em que o conceito de ‘povo’ para os conservadores e contra-revolucionários era o de uma ‘ameaça’ a seu modo de vida. A preservação dos valores da sociedade estamental encontrou na valorização do cânone apoio e a justificativa de uma concepção de sociedade, a partir de meados do século XIX, quando ‘povo’ e ‘massa’ se tornaram quase que sinônimos de ameaça social.

Nos movimentos revolucionários políticos e sociais dos séculos XIX e XX, uma das propostas mais atraente é a da democratização de acesso de todas as pessoas a todos os bens, políticos e econômicos, a partir da alfabetização universal, e, principalmente aos bens culturais.

A idéia de separação rígida entre a chamada ‘alta cultura’ e a ‘cultura popular’ foi questionada por Bahktin²³ ainda na primeira metade do século XX, e, o tema da circularidade das idéias entre grupos sociais, no final do século XX, encontrou apoio em historiadores da história cultural, como Roger Chartier e C. Guinzburg, entre outros, e, principalmente nos autores pós-modernos.

Os resultados

Os resultados obtidos foram surpreendentes, para nós e para os alunos. Para nós, pela localização de inúmeras publicações destinadas a suprir a curiosidade do público sobre temas históricos – em níveis de informação diferenciados, desde as mais elementares até as que apresentam resultados de pesquisas acadêmicas, em linguagem acessível ao não-especialista. Nosso ponto de partida para a proposta do trabalho havia sido o conhecimento das revistas *Nossa História* e *História Viva*. Os alunos conheciam algumas outras e localizaram outras tantas, que não eram tão conhecidas, e que aparecem nos textos que seguem. E também pela capacidade demonstrada pelos alunos de pesquisar informações, mesmo as que exigiram contato direto com as editoras e com os editores; analisar conteúdos sob aspectos variados, demonstrando que o processo de formação fragmentada, proposto pelo Departamento de História, apesar da dificuldade de explicitação, está proporcionando ao corpo discente uma formação adequada ao mundo contemporâneo.

Para os alunos, podemos comentar de um lado que com a aprendizagem da prática de pesquisa - seleção de tema, seleção de fontes, coleta de dados, análise de conteúdo, contextualização e redação de um texto sobre a pesquisa e os resultados obtidos, houve a possibilidade de aprender como usar material diferenciado do tradicional (textos de livros e excertos de documentos), experiência que pode ser transmitida a práticas de ensino de história em outros níveis. Por outro lado, esperamos que os mais renitentes tenham aprendido a aceitar a produção cultural da sociedade em que vivem. Consideramos que se há experiência e vivência da postura crítica em relação à formação socioeconômica e cultural em que estão inseridos, a manutenção de preconceitos sobre a ‘cultura de massa’ e a exigência do cânone cultural são elementos contraditórios que precisam ser enfrentados. E o que a nosso ver foi o mais importante: tiveram eles a experiência da apreensão ‘a quente’ de dois conceitos teóricos que marcam a sociedade atual – a da circularidade das idéias na cultura, e, a da fragmentação das identidades sociais. Lembramos ainda que nas análises de conteúdo foram localizadas algumas das teorias de história, que haviam sido apresentadas e discutidas no transcurso das aulas teóricas e das leituras, demonstrando na prática a longa vigência de idéias na cultura e na sociedade.

Os textos que seguem a esta apresentação são todos os trabalhos de curso da disciplina, resultantes das pesquisas e análises dos alunos. Alguns são trabalhos individuais, outros coletivos. Cada um deles representa a trajetória de pesquisa que foi percorrida, os interesses, curiosidades e idiossincrasias dos autores. Não foi realizada a normalização

²³ BAHKTIN, M.. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: HUCITEC; Brasília:UnB, 1987.

dos textos e nem estão apresentados os comentários da avaliação. A finalidade da publicação é reconhecer os esforços empregados na pesquisa, o empenho e interesse demonstrado, além de colaborar com outras pessoas que tenham alguma curiosidade sobre o material de divulgação de história impresso disponível em bancas de jornal.

Agradeço a Silene Ferreira Claro, doutoranda no Programa de História Social/FFLCH/USP, linha de pesquisa História da Cultura, monitora da classe no PAE/FFLCH/USP primeira fase, o apoio, as sugestões e a relação estabelecida com a classe, que muito contribuíram para o bom desenvolvimento do curso e das atividades. E a todos os alunos que cursaram a disciplina e que no decorrer do semestre selecionaram o material com que pretendiam trabalhar, defenderam suas escolhas, descreveram as dificuldades encontradas, apresentaram as soluções e os resultados obtidos. Eles se encontraram com o que os pesquisadores em história costumam enfrentar: problemas de acesso a fontes e as informações, impossibilidade de usar o material inicialmente previsto, desconforto com os resultados obtidos, questões que não puderam ser respondidas, e tudo o mais que acontece depois do trabalho escrito e entregue.

Espero que a experiência tenha sido tão proveitosa para eles como foi para nós e que a noção de que estamos imersos na história – mesmo explorando um tema restrito e aparentemente limitado, tenha se tornado mais clara e compreensível. E que a função da disciplina Teoria da História no processo de formação tenha adquirido sentido.
São Paulo, segundo semestre de 2005.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Teoria da História I
Profa. Dra. Raquel Glezer

Trabalho Final

JORNALISMO CIENTÍFICO E REVISTAS DE DIVULGAÇÃO

Alexandre Meloni Vicente
Fábio Cutolo Silveira
Oswaldo André Garcia
Rafael Costa Oliveira

2005

Jornalismo Científico

Jornalista, educador e cientista com mais de 50 anos de dedicação à divulgação científica no Brasil, José Reis referiu-se muitas vezes à articulação necessária entre informação e educação pública:

Há muito chegamos à convicção de que a ciência, em nosso país custeada quase exclusivamente pelos cofres públicos, requer, para o apoio que merece, a compreensão da comunidade. Mas esse entendimento não se consegue, ao contrário do que parecem imaginar muitos cientistas, pela mera exaltação dos méritos da ciência; atinge-se pela paciente educação do povo a respeito do que ela faz e das implicações de suas conquistas (Reis, 1974).

Reis adverte que o jornalismo – principal responsável, em nosso meio, pela educação permanente – não deve se limitar à exposição dos fatos da ciência quando ela alcança resultados extraordinários, “... como a bomba atômica, viagem espacial ou tentativas de obter fecundação *in vitro* ...” (idem). Para que os leigos possam avaliar o significado da produção científica e tecnológica é preciso que sejam informados regularmente sobre as pesquisas nos diversos campos da ciência. “Procuramos, antes, transmitir, na medida de nossas forças, o sentido mesmo do esforço científico”(idem).

Tomando como base os conceitos de ciência e de disciplina de Singer, segundo o qual a primeira é um processo de aquisição de novos conhecimentos e a segunda, o conjunto de conhecimentos acumulados em determinada área, o jornalista Abram Jagle salienta a importância da divulgação tanto das ciências quanto das disciplinas (Jagle, 1979). Ele argumenta que as grandes descobertas somente serão compreensíveis se o público estiver informado sobre as invenções que as desencadearam. Com a divulgação sistemática de pesquisas acadêmicas, os jornalistas têm oportunidade de difundir os conhecimentos disciplinares, aqueles que algum dia serão ensinados na escola. Cada reportagem ou matéria científica é uma nova chance de resgatar os conceitos básicos das disciplinas e esse tipo de trabalho é fundamental para a formação de uma cultura propícia à divulgação de ciência e tecnologia.

Grande parte dos brasileiros é receptiva a este tipo de trabalho. “O que o brasileiro pensa da ciência e da tecnologia?”, a pesquisa que o Museu de Astronomia e Ciências Afins realizou em parceria com o Instituto Gallup de Opinião Pública, concluiu que 71% dos adultos têm muito ou algum interesse por descobertas científicas. A pesquisa também revelou que 66% deles gostariam de receber mais informações dessa categoria. Somente esses dados já seriam suficientes para valorizar a prática do jornalismo científico no país e incentivar os esforços profissionais e acadêmicos para aperfeiçoá-la. Se, além da crescente demanda por informação científica e tecnológica, benefícios como o desenvolvimento científico e o crescimento econômico forem considerados, a importância dessa divulgação se torna ainda mais visível.

Dos entrevistados pelo Instituto Gallup, 20% gostariam de estudar algum ramo da ciência. Não surpreende que o interesse tanto pelas descobertas científicas quanto pelo estudo das ciências seja maior entre as pessoas com maior nível de escolaridade, o que remete novamente ao compromisso, fundamental no caso do Estado e complementar no que se

refere à imprensa, de educar. Os brasileiros com curso superior também se mostraram mais críticos em relação à ciência e à tecnologia, na medida em que citaram exemplos de descobertas úteis e de outras prejudiciais à vida humana (idem). O vínculo entre a alta escolaridade e as condições financeiras favoráveis foi comprovado pela pesquisa: “A variável que mais influi para que as pessoas se interessem pela ciência é a escolaridade, (...) que decorre do nível socioeconômico das pessoas, fazendo com que ambas as variáveis sejam altamente correlacionadas ...”.

Na opinião do jornalista Abram Jagle, “... a educação científica é o mais nobre papel do redator ou editor científico”. Esse caráter formador dos meios de comunicação não é reconhecido apenas por um e outro profissionais da área; já é admitido como legítimo pela Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, que em seu Informe Provisional emitido em setembro de 1978, em Paris, apontou: “A função principal da comunicação em ciência e tecnologia é a gestão do saber humano – da memória coletiva – de toda a informação que a sociedade necessita para progredir no mundo moderno”.

Conceitos, Objetivos, Funções e Disfunções do Jornalismo Científico

Embora a divulgação de ciência tenha propósitos parecidos com os do jornalismo científico, e ainda que muitas vezes os seus esforços se acrescentem, estas atividades são distintas e precisam ser definidas. Com base nos conceitos de difusão, disseminação e divulgação científicas de Antonio Pasquali, o jornalista Wilson da Costa Bueno procurou situar o trabalho do jornalismo científico neste conjunto de atividades. Segundo Bueno, o jornalismo científico é um tipo de divulgação científica, e esta, por sua vez, uma das muitas formas de difusão (Bueno, 1985).

Na interpretação do jornalista, o significado da palavra difusão é bem mais abrangente que o inferido por Pasquali. Segundo Bueno, difusão seria “todo e qualquer processo ou recurso utilizado para a veiculação de informações científicas e tecnológicas”(Idem). Ele cita como exemplos de difusão desde bancos de dados, sistemas de informação de institutos de pesquisas, serviços de biblioteca e reuniões científicas até periódicos especializados, páginas de ciência e tecnologia dos jornais e revistas, programas de rádio e televisão dedicados à ciência e à tecnologia e filmes sobre temas científicos. Sob esse enfoque, “a difusão incorpora a divulgação científica, a disseminação científica e o próprio jornalismo científico, considerando-os como suas espécies”(idem).

De acordo com o público-alvo e, conseqüentemente, com a linguagem a ser usada. Bueno distingue a difusão para especialistas da difusão para o público em geral (Idem). A partir dessa distinção, na qual considera as mesmas variáveis apontadas por Pasquali, interpreta os conceitos de disseminação e divulgação formulados pelo venezuelano (Idem):

- Disseminação de ciência e tecnologia pressupõe a transferência de informações científicas e tecnológicas, transcritas em códigos especializados, a um público seletivo, formado por especialistas.
- Divulgação científica compreende a utilização de recursos, técnicas e processos para a veiculação de informações científicas e tecnológicas em linguagem acessível ao público em geral.

No que se refere à disseminação científica, os autores identificam duas modalidades: as intrapares e as extrapares. Na primeira, as informações circulam entre especialistas da mesma área ou de áreas correlatas; seminários de engenharia e revistas de oncologia se enquadram nesta categoria. “A disseminação intrapares caracteriza-se pelo público especializado, o conteúdo específico e o código fechado” (Idem), resume Bueno. Já na disseminação extrapares o público é formado por especialistas de diversas áreas interessados em informações sobre a especialidade de que trata a publicação. Nesse caso, a linguagem é menos técnica do que na disseminação intrapares.

Bueno salienta que a divulgação científica, também conhecida como popularização ou vulgarização científica, é feita não somente pela imprensa, mas também por meio de livros didáticos, feiras de ciência, documentários, quadrinhos, suplementos infantis, folhetos informativos sobre higiene e saúde, etc. (Idem). Tanto a divulgação científica quando o jornalismo científico tentam atingir o grande público e, para isso, procuram usar linguagem coloquial. “Na prática, o que distingue as duas atividades não é o objetivo do comunicador ou mesmo o tipo de veículo utilizado, mas, sobretudo, as características particulares do código utilizado e do profissional que o manipula”.

Os esforços de Bueno foram no sentido de demarcar o jornalismo científico dentro do vasto universo da difusão científica. Não elaborou um conceito formal para a especialidade, mas adotou a definição de José Marques de Melo:

Um processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras, emissoras) e coletividade (públicos/receptores) através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) de natureza científica e tecnológica em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos) (Apud Bueno, 1985).

Na avaliação de Bueno, o conceito de jornalismo científico deve obrigatoriamente incorporar o conceito de jornalismo, com as características apontadas por Otto Groth: atualidade, universalidade, periodicidade e difusão. Assim fica evidente o motivo que o levou a aderir ao conceito formulado por Melo. Ter como ponto de partida a atividade jornalística é, com certeza, fundamental, pois o jornalista científico é, acima de tudo, jornalista. Embora a literatura não traga uma definição de jornalismo científico aceita universalmente, os profissionais ou pesquisadores que se dedicam à análise da especialidade têm feito tentativas no sentido de sintetizar da maneira mais completa possível as características que garantem a especificidade do jornalismo científico.

Manuel Calvo Hernando admite que o nome “jornalismo científico” pode confundir, num primeiro momento, os que não são do meio jornalístico (1997). A expressão pode ser entendida, exemplifica, como o estudo do jornalismo como ciência, o que não é o caso. No entanto, lamenta, este é um equívoco que não há como mudar – afinal, o termo já é reconhecido por órgãos como a Organização das Nações Unidas (ONU) e pelas associações profissionais, como a União Européia de Associações de Jornalistas Científicos e a Associação Ibero-americana de Jornalismo Científico. Calvo Hernando define jornalismo

científico como “... especialização informativa que consiste em divulgar a ciência e a tecnologia através dos meios de comunicação de massa”(Idem).

No esforço de caracterizar devidamente o jornalismo científico, alguns profissionais e estudiosos da área estabeleceram seus objetivos e funções, os quais ultrapassam o nível técnico e expressam os ideais mesmo da atividade. Melo entende que essa atividade deve ser:

Principalmente educativa; dirigida à grande massa; promover a popularização do conhecimento das universidades e centros de pesquisa; usar uma linguagem acessível aos cidadãos comuns; despertar interesse pelos processos científicos, e não apenas pelos fatos isolados; discutir a política científica; incentivar os jovens a buscar conhecimento e promover a educação continuada dos adultos (Melo, 1982).

Calvo Hernando também tentou reforçar o conceito de jornalismo científico pela determinação de seus objetivos e funções. Do ponto de vista dele, cabe aos jornalistas da área de ciência e tecnologia:

- Criar uma consciência nacional e continental de apoio e estímulo à investigação científica e tecnológica;
- Divulgar os novos conhecimentos e técnicas, possibilitando o seu desfrute pela população;
- Dar atenção ao sistema educacional que fornece os recursos humanos qualificados para desempenhar a tarefa de investigação;
- Estabelecer uma infra-estrutura de comunicação e considerar as novas tecnologias e conhecimentos como bens culturais, medidas que objetivam democratizar o acesso à posse da ciência e da tecnologia;
- Incrementar a comunicação entre os investigadores.

Em trabalho mais recente, Calvo Hernando diferenciou as funções informativa, interpretativa e de controle que caberiam a essa área do jornalismo:

- *Função informativa* do divulgador que transmite e torna compreensível o conteúdo difícil da ciência, ao mesmo tempo em que estimula a curiosidade do público, sua sensibilidade e sua responsabilidade moral;
- *Função de intérprete* que precisa o significado e o sentido dos descobrimentos básicos e de suas aplicações, especialmente aquelas que estão incidindo mais radical e profundamente em nossa vida cotidiana: eletrônica, telecomunicações, medicina, biologia, novos materiais, etc.;
- *Função de controle* em nome do público, para tratar de conseguir que as decisões políticas se tomem tendo em conta os avanços científicos e tecnológicos que melhorem a qualidade de vida do ser humano e promovam o seu enriquecimento cultural.

Além da função informativa, Bueno também considera básicas do jornalismo científico as funções educativa, social, cultural, econômica e político-ideológica, implícitas nos objetivos e funções definidos por Calvo Hernando. De todas essas, a função político-ideológica é enfatizada por Bueno, que publicou vários trabalhos a respeito. Ele critica a

visão “ingênua” de muitos jornalistas, que “... ainda se apegam à noção de ciência como saber preciso, universal e puro” (Bueno, 1985).

Comparando os objetivos ideais do jornalismo científico com o seu exercício no país, outros pesquisadores também identificaram falhas no modo como a ciência e a tecnologia são divulgadas. Para efeitos de estudos, eles a denominaram disfunções do jornalismo científico. Estas resultam, em grande parte, dos empecilhos encontrados pelos profissionais para colocar em prática o que foi atribuído à sua profissão.

As disfunções apontadas por Calvo Hernando referem-se, especialmente, à almejada função educativa do jornalismo científico. Segundo explica, elas são identificadas pelo “almanaquismo”, que, define, é a tendência de reduzir as informações científicas e tecnológicas a meras curiosidades sobre a ciência, tais como registros de recordes e até piadas; ausência de uma mensagem didática em muitas matérias; pelo pouco respeito à exatidão científica, tanto na elaboração de um conceito quanto na apresentação de uma cifra ou medida; pela atenção desproporcional aos elementos secundários de uma informação científica, com o objetivo de aumentar a possibilidade de impacto junto aos leitores, e pela superficialidade, falta de documentação, improvisação e atropelo no aproveitamento das fontes.

A jornalista Alessandra Pinto de Carvalho confessou que se surpreendeu ao constatar, em sua pesquisa de mestrado, que a revista de jornalismo científico mais vendida no Brasil, a *Superinteressante*, contraria alguns dos pressupostos teóricos da atividade. Conforme conclui, a revista preferida do público adolescente é “um produto bem trabalhado de *marketing*” (Carvalho, 1996). Na *Superinteressante*, mais da metade das notícias publicadas são de origem internacional, o que vai contra o preconizado pelos acadêmicos, que propõem a valorização da ciência e dos cientistas nacionais. A publicação, observa, “consolida uma prática dependente, combatida pelo movimento teórico do jornalismo científico”(Idem).

A despeito da função educativa prevista pela teoria, a filosofia editorial da revista valoriza especialmente os detalhes curiosos e inusitados das notícias, em detrimento de informações mais relevantes. O caráter educativo que *Superinteressante* deveria assumir, principalmente em função de seu público predominantemente jovem, escreve a autora, também é abalado pela seleção e tratamento das matérias. Ao invés de aproveitarem o “gancho” das novidades científicas e tecnológicas para explicar conteúdos disciplinares aos estudantes, os jornalistas – fiéis ao projeto editorial – mantêm a superficialidade que perpassa toda a publicação. A decisão dos editores responsáveis de priorizar o conteúdo atual, avalia Carvalho, “afasta a característica de uma publicação auxiliar para trabalhos escolares” (Idem). Mais uma vez, demonstra, a finalidade proposta para o jornalismo científico não é alcançada.

Na referida concepção de José Reis sobre o assunto,

Se quiséssemos definir o objetivo da divulgação científica, poderíamos dizer que ela procura familiarizar o leitor com o espírito da ciência (...) Mas o fato já assentado, isto é, a ciência como disciplina, também deve

ser apresentada pelo jornal, para compreensão dos próprios fatos novos ou mesmo para suprir lacunas de formação intelectual do público (Apud Bueno, 1985).

No entanto, “com as características de almanaque (...) *Superinteressante* vem se mantendo como a publicação do segmento mais vendida no Brasil há oito anos”, constata Alessandra Carvalho. Uma das contribuições do trabalho dela foi evidenciar que a teoria sobre o jornalismo científico não reflete a realidade da cobertura jornalística nas mais populares revistas brasileiras do gênero: *Superinteressante* e *Globo Ciência (hoje Galileu)*. Ela constata que os estudos acadêmicos falham por não considerar o contexto em que a atividade jornalística se desenvolve, seus aspectos econômicos e caráter empresarial (Idem, p. 167). E conclui que:

A imagem da ciência que os jornalistas tentam passar aos leitores engloba diversos aspectos, que passam por esferas empresariais, filosóficas e ideológicas. Esta questão é muito mais importante do que o conceito que o profissional guarda, pois, a idéia que se transmite ao leitor nem sempre é compartilhada pelo jornalista (enquanto indivíduo), mas pode ser uma determinação do projeto editorial da revista.

O editor sênior de *Superintentessante*, Flávio Dieguez, diz que a revista procura passar a idéia de que “a ciência é do bem (...) a gente não pode achar que a ciência é ruim, se fizermos isto não vendemos”. Muitos profissionais assumem essa postura mesmo tendo consciência das funções sociais da profissão, por força de exigências de mercado. Em quando se tenta espelhar a prática na teoria, as imagens obtidas não coincidem. A pergunta do Cimpec – “Os conhecimentos científicos e tecnológicos estão realmente beneficiando a maioria da população mundial?” – chega aos ouvidos como uma reza em que as palavras perderam o sentido.

Apesar de a revista, na época *Globo Ciência*, cumprir um dos grandes objetivos estipulados para o jornalismo científico, concedendo quase 80% do seu espaço editorial às notícias nacionais (Carvalho, 1996), no final das contas as duas revistas não correspondem ao quadro teórico. “A tentativa dos acadêmicos em sugerir alguns passos a serem seguidos pelo jornalismo científico de nada tem servido aos jornalistas”, escreve Carvalho (Idem). E a autora conclui: “os profissionais da imprensa geralmente não consideram e não percebem a importância que é dada à tarefa de divulgação da ciência”(Idem).

Origens do Jornalismo Científico no Brasil

As origens do jornalismo científico, não apenas em nosso país, estão ligadas ao surgimento das sociedades científicas, de onde partiram as primeiras iniciativas de divulgação científica. Não é à-toa que, ainda hoje, grande parte dos jornalistas que se dedicam à área de ciência e tecnologia, aqui e em outros países, entrou na profissão pela porta da ciência. Foi pela vontade de compartilhar os conhecimentos de sua área que muitos cientistas se tornaram divulgadores e assim chamaram atenção para os assuntos de interesse público.

Muitos dos que procuraram identificar um marco na história do jornalismo que definisse quando começou a difusão de informações científicas pelos meios de comunicação brasileiros preferiram aderir à tese de Solla Price, segundo o qual o jornalismo científico começa com o próprio jornalismo. Um desses estudiosos é José Reis, divulgador científico pioneiro no país. Os adeptos dessa corrente partem do princípio de que, desde a sua origem,

a imprensa sempre divulgou assuntos relacionados à ciência, embora em pouca quantidade, sem regularidade e de forma superficial. Mais recentemente, porém, na medida em que o jornalismo científico passou a ser objeto de estudo de um número crescente de pesquisadores, foi ficando claro que o seu surgimento também está ligado a história da própria ciência – o que só confirma o caráter da atividade jornalística, que se desenvolve conforme demandas determinadas.

Trabalhos isolados publicados nos últimos vinte anos permitem formar uma cronologia a partir de meados do século passado, centrada principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. É de Luísa Massarani o trabalho *A divulgação científica no Rio de Janeiro – Algumas reflexões sobre a década de 20*, defendido como dissertação de mestrado em 1998, no Rio. Nele, a autora reúne uma série de fatos significativos do ponto de vista da divulgação científica ocorridos ainda no século XIX e relata a atividade de cientistas e instituições que procuraram popularizar conhecimentos científicos.

Os primeiros jornais brasileiros já divulgavam matérias relacionadas à ciência: *O Patriota*, em 1813; *O Nictheroy*, em 1836; e *O Guanabara*, em 1850, publicaram artigos do gênero, conta Luísa Massarani. Segundo historiadores, o *Correio Braziliense*, primeiro jornal a circular no país (de 1808 a 1822) já tinha uma seção de ciências. Mas foi na segunda metade do século passado que, em consequência da segunda revolução industrial na Europa, a divulgação científica tornou-se expressiva em todo o mundo. Mesmo tendo reflexos menores no Brasil, a “onda” provocada pelas novas descobertas científicas fez crescer o interesse pela divulgação. A mudança no perfil de *O Guanabara*, em 1857, é uma das comprovações disso.

Naquele ano, a publicação, antes dirigida por uma associação de literatos e centrada em assuntos de artes, ciências e literatura, passou às mãos de Candido Baptista de Oliveira e deu maior espaço para os assuntos científicos. Levantamento feito por Massarani mostrou que 20% das matérias publicadas pela *Revista Brasileira – Jornal de Sciencias, Letras e Artes* – como foi renomeada a publicação – eram de divulgação científica. Em relação aos outros assuntos, os de popularização científica ficavam em terceiro lugar, atrás dos artigos científicos e técnicos, que somavam 30% e dos relatórios ou documentos, os quais representavam 22% do conteúdo.

A *Revista do Observatório* foi importante no que se refere à divulgação científica. Fundada em 1886 pelo Observatório do Rio de Janeiro (hoje Observatório Nacional), com o objetivo de divulgar descobertas no campo de astronomia, meteorologia e física, a publicação tinha periodicidade mensal. Cientistas reconhecidos da época faziam parte da comissão de redação, entre os quais: Luís Cruls, Luiz da Rocha Miranda, Henrique Morize e J.E. de Lima. Diferente das primeiras revistas, que publicavam também artigos de artes e letras, esta era de conteúdo restrito às ciências.

A linguagem adequada para divulgar a ciência já era uma preocupação naquele tempo. Os editores da *Revista do Observatório* adiantaram, ao apresentá-la ao público (segundo Luísa Massarani):

Pretendemos pois dar a essa revista o cunho de uma publicação de vulgarização, porém de vulgarização de conhecimentos exatos, apresentados debaixo de uma forma que os torne acessíveis para todos. Acreditamos que, redigida nesse pensamento, contribuirá a nova revista para promover entre nós o gosto pelo estudo e da observação. Na Europa e nos Estados Unidos, não são poucas as publicações criadas para o mesmo fim e é inegável a influência benéfica que tiveram para o desenvolvimento e vulgarização da mais atrativa das ciências ... (Massarani, 1998).

A década de 20 foi importante do ponto de vista da divulgação científica no Brasil. Fatos determinantes para isso foram a criação da Sociedade Brasileira de Ciências (1916) e, mais especificamente, a atuação de um grupo de acadêmicos que se dedicaram à divulgação científica. Em sua dissertação, Massarani salienta a influência de Manoel Amoroso Costa, matemático; Miguel Ozório de Almeida, das ciências biológicas; Henrique Morize, astrônomo e físico; e do antropólogo Edgard Roquette-Pinto. Os relatos reunidos por Massarani mostram que cada um destes cientistas contribuiu para popularizar a ciência na sua área, divulgando grande quantidade de artigos. Segundo Caffarelli, citado pela autora, Amoroso Costa foi o primeiro divulgador da teoria da relatividade de Einstein, com a publicação de uma notícia curta em *O Jornal* em 12 de novembro de 1919, seguida de uma série de artigos.

Morize ajudou a criar a *Revista do Observatório*, do Observatório do Rio de Janeiro, onde chegou a astrônomo em 1891 e o qual passou a dirigir em 1908. Escrevia principalmente sobre cometas e geociências. Pelo menos 15 anos mais velho que os outros cientistas, Henrique Morize influenciou Ozório e Roquette-Pinto, como outras centenas de estudantes, com a difusão do ensino experimental de física.

Vera Lúcia de Oliveira Santos reviu o levantamento feito por Afonso de Freitas a respeito da imprensa paulistana, com o objetivo de relacionar as publicações que incluíam divulgação científica em seu conteúdo. Também em São Paulo as primeiras iniciativas de divulgação científica partiram de associações acadêmicas, se considerarmos a revisão da autora, que abrange o período de 1833 a 1915. Segundo informa, a *Revista Filomática*, da sociedade do mesmo nome, foi a primeira publicação do gênero no estado, lançada em 1833 (Santos, 1978).

Grande parte das publicações identificadas por Vera Lúcia de Oliveira era editada por associações estudantis. A revista mais antiga do gênero é a *Revista Paulistana* (1856), que, redigida por estudantes da Faculdade de Direito, começava a circular a partir de março, início do período letivo. A autora mostra que o número de jornais e revistas de instituições científicas também era elevado. A *Revista do Instituto Científico* (1862) é uma das dezenas de publicações dessa categoria.

Datam do começo deste século a *Revista Científica Enciclopédica* (1904) e as revistas *Moderna* e *Íris*, as últimas duas lançadas em 1905. Como na maioria das outras publicações, nestas também os assuntos de ciência dividiam espaço com conteúdos diversos. O primeiro jornal que manifestou em editorial o propósito de vulgarizar a ciência foi *A Notícia*. Mesmo a veiculação deste jornal, porém, não assinala o início do jornalismo científico pelo fato de ter tido vida curta, conclui a autora. Lançado em janeiro de 1906, o jornal *A Notícia* foi suspenso em dezembro do mesmo ano.

Na interpretação de Vera Lúcia de Oliveira Santos, nenhuma das publicações citadas pode ser considerada um marco da especialidade, devido à falta de regularidade. A pesquisadora adere à opinião do divulgador científico José Reis, segundo o qual o jornalismo científico surgiu com o periódico geral. No entanto, ressalva, a atuação do jornalista João Ribeiro no jornal *O Comércio de São Paulo*, a partir de 1895, é um trabalho pioneiro de divulgação científica no país. “Apesar de não ser versado em ciências físicas e naturais sabia traduzir esses conhecimentos em linguagem acessível ao público de sua época”, conta (idem). Vera Lúcia de Oliveira Santos é a autora da dissertação *João Ribeiro como jornalista científico no Brasil*.

As Revistas atuais

Dentre as revistas de informação científica atuais, podemos destacar três de grande importância, *Ciência Hoje*, *Superinteressante* e *Galileu*.

A revista *Ciência Hoje*, lançada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em 1982 não cumpre seu objetivo de informar o público em geral, conforme concluiu Myriam Regina Del Vecchio de Lima (1992). Segundo a jornalista, o uso da linguagem especializada e a abordagem de assuntos que interessam apenas a especialistas tornam a leitura difícil para o público leigo. O público de *Ciência Hoje* é predominantemente universitário. Ela argumenta que, para conseguir maior abrangência, os editores da revista teriam que passar aos jornalistas a função de intermediar a transferência de conhecimento dos pesquisadores aos leitores. Segundo conclui:

Ao manter o jornalista como um coadjuvante secundário do projeto e transpor para uma revista de divulgação científica critérios de revista científica, *Ciência Hoje* se transforma em uma proposta de poder da comunidade científica (Idem).

Lançada em setembro de 1987, a revista *Superinteressante* teve tiragem de 150 mil exemplares. Devido ao grande volume de vendas, mas 90 mil tiveram que ser impressos para corresponder à expectativa de público. Em 1995, a revista conseguiu vender 422 mil exemplares, tornando-se a publicação de ciência mais vendida do país. A revista de ciência da Editora Abril é a versão brasileira do projeto *Muy Interesante*, que tem revistas idênticas do ponto de vista editorial na Argentina, Alemanha, França e México. \

No rastro de *Superinteressante*, a Editora Globo lançou, em 1991, a revista *Globo Ciência*, hoje *Galileu*. Alessandra Pinto de Carvalho, os fundadores dessa revista apostaram na atualidade das matérias como um diferencial em relação às publicações concorrentes, que já tinham seus públicos cativos. *Ciência Hoje* contava com a receptividade dos leitores universitários e *Superinteressante* mantinha-se como publicação voltada a estudantes de primeiro e segundo graus. *Globo Ciência* tornou-se a segunda revista de ciência mais vendida do país, divulgando principalmente matérias nacionais.

Temas históricos na Superinteressante

Julho de 1996 – **Os brasileiros de 11.200 anos.**

Agosto de 1997 – **Canibais.**

Junho de 1997 – **O bandido.**
Abril de 1997 – **O veneno do bem.**
Junho de 1998 – **O sudário é mesmo santo?**
Fevereiro de 1998 – **A história secreta do descobrimento.**
Setembro de 1999 – **Vida e morte no campo de batalha.**
Abril de 2000 – **Bandeirantes.**
Março de 2000 – **Sacrifício humano.**
Março de 2002 – **Buda.**
Julho de 2002 – **Bíblia, o que é verdade e o que é lenda.**
Dezembro de 2002 – **A verdadeira história de Jesus.**
Julho de 2003 – **Abraão existiu?**
Agosto de 2003 – **Herança dos faraós.**
Novembro de 2003 – **Hitler.**
Dezembro de 2003 – **São Paulo traiu Jesus?**
Abril de 2004 – **Quem matou Jesus?**
Maio de 2004 – **Tróia.**
Outubro de 2004 – **O código da Vinci.**
Dezembro de 2004 – **Jesus proibido.**
Dezembro de 2004 – edição extra – **Confúcio.**
Janeiro de 2005 – **O verdadeiro Alexandre.**
Fevereiro de 2005 – **O santo Graal.**
Maio de 2005 – **Toda a verdade sobre as Cruzadas.**

A revista de divulgação científica *Superinteressante*, uma das mais vendidas, possui um amplo repertório de temas históricos em suas publicações. Foram 24 edições dedicadas a esses temas em 9 anos, de 1996 a 2005.

Trata-se de uma revista de divulgação, é verdade, mas também é uma revista voltada para o público em geral, não somente para os especialistas; e uma revista com fins comerciais, voltada para a venda. Percebemos isso através das matérias de capa.

A maioria delas é escolhida com base em algum interesse momentâneo do público; interesse gerado pelos filmes hollywoodianos, como no caso de Tróia, Alexandre, o Grande e das Cruzadas, por exemplo.

Outro tema recorrente da revista é a religião, que sempre teve boa aceitação pelo público, por ser um tema polêmico, e a revista se aproveita dessa polêmica. As edições de julho de 2002, “Bíblica, o que é verdade e o que é lenda”, e de dezembro de 2002, “A verdadeira história de Jesus”, são essenciais para o entendimento de como a *Superinteressante* aborda o tema da religião. E não só a *Super*, mas também outras revistas científicas deram grande importância ao tema.

A questão religiosa nas revistas de divulgação científica

Caracterizadas por abordarem matérias de divulgação científica, as revistas *Superinteressante* e *Galileu* sempre dão um jeitinho de abordar a temática “religião”. Os diretores das revistas argumentam que o escopo do termo “ciência” vai além do campo das

ciências exatas. “A aventura humana contraditória e espetacular, nos encanta tanto quanto os átomos e as moléculas”, expressa Adriano Silva, diretor de redação da *Super*, em editorial (7/02). Inclui-se nas pautas das mensais as áreas mais subjetivas do saber humano, como história, filosofia, semiótica e psicologia.

Só em 2001 e 2002 a *Super* trouxe cinco capas de tema religioso (ver foto). A revista se escondeu sob um manto de imparcialidade, variando entre diversas segmentações, como o islamismo, cristianismo e espiritismo. Caminhou, no entanto, por uma trilha não aconselhável, pelo menos no tocante ao jornalismo.

Entre todas as edições, destaca-se a de julho de 2002, com o título “Bíblia – o que é verdade e o que é lenda”. A matéria despeja uma enxurrada de afirmações categóricas sobre o relato bíblico, desmentindo-o. “O que se sabe com certeza é que Jesus foi um judeu sectário e um agitador político que ameaçava levantar dois milhões de judeus da Palestina contra o exército de ocupação romana. Tudo o mais necessita da fé para ser considerado verdade”, diz uma das legendas.

Para compor a matéria, a *Super* se baseia apenas em um viés do problema, extinguindo o outro. Beirando o sensacionalismo, a revista coloca os “fatos” como única opção legítima de verdade absoluta. Rejeita completamente a fé, postando-se ao lado de uma ciência vesga e unilateral. Ao fazer as afirmações, a *Super* não se preocupa em comprová-las, baseando-se apenas em declarações de arqueólogos e afins.

Numa espécie de *link* à discutida matéria sobre a Bíblia, no mês seguinte (8/02) a *Super* montou uma reportagem não menos tendenciosa sobre a necessidade do homem de confiança. Intitulada “Programado para a fé”, a matéria afirma existir uma base biológica para a crença humana: o cérebro estaria configurado para a fidelização do homem. De acordo com a reportagem, símbolos sagrados serviriam de ativação do sistema límbico, “facilitando a transição para os estados alterados de consciência”. O final da reportagem não estaria mais de acordo com o conteúdo: “Até que se alcance um consenso, só a fé, ou seja numa teoria científica ou num dogma [por que não substituir “dogma” por uma “crença infantil”?], será capaz de responder se Deus é uma criação de nosso cérebro ou se nosso cérebro foi criado por Deus”.

Quando trata de Islamismo (11/01), a *Super* destaca trechos do Alcorão que tratam de violência. Vale ressaltar que praticamente todas as mídias ocidentais visualizam os muçulmanos de forma negativa. Moldam no receptor um pensamento preconceituoso em relação a eles. *Super* só fez repetir o embate entre o bem e o mal, reafirmando que a agressividade islâmica provém de Alá. “Matai os idólatras, onde quer que os acheis”, distingue em legenda.

Allan Kardec, Dalai Lama e Buda também tiveram seu espaço na *Superinteressante*. O curioso é que agora as chamadas favoreciam as ditas religiosas. A do espiritismo (9/02), por exemplo, ressaltava que o Brasil é o país com maior número de adeptos do mundo. A do budismo, definia a religião como fascinante, pois seu seguidor não precisa de um deus. Para completar a trindade – sugestivo, não? – a figura de Dalai Lama é evocada com adjetivos

típicos: sabedoria, simpatia, simplicidade e felicidade. Perfeito. Principalmente para atender os interesses comerciais do capitalismo.

E *Galileu*? Entre as capas da concorrente da Editora Abril, destaca-se a de julho de 2002, que trouxe estampado o título “Deus: precisamos dele?”, indicando uma possível indiferença ou, quem sabe, uma aproximação. Entretanto, a verdadeira temática da reportagem falava sobre a fé, tentando explicar por que a crença em “uma força superior” – assim mesmo, entre aspas – aumentava em meio à tecnologia e à ciência.

A reportagem define fé como algo indispensável à humanidade, “uma espécie de ferramenta usada para encontrar o sentido de sua existência e ajudar a enfrentar as adversidades”. Assim, *Galileu* acomoda a fraca fé do leitor com comentários do tipo: “O fato de um indivíduo não freqüentar uma igreja não significa que ele não tenha algum tipo de fé” e “A idéia de que o homem é criado à imagem e semelhança de Deus é uma boa alavanca para a auto-estima”.

Galileu encerra a reportagem com a opinião do teólogo Fernando Altemeyer: “O mais completo ateu vai ter fé em algo que o transcenda, pode ser o amor, a música, uma obra de arte ou o trabalho”. Em outras palavras: você não precisa de Deus.

Menos escancarada – mas não menos tendenciosa – uma das matérias da edição de fevereiro do mesmo ano da *Galileu* trouxe o título “O dilúvio – o que a Bíblia não conta”. Aparentemente imparcial, a revista tenta passar a idéia de que a enchente universal não passou de lenda. O repórter conta que diversas culturas contêm lendas parecidas como os babilônicos por exemplo.

Além disso, completamente fora do contexto, a matéria usa declarações de teólogos cristãos (?) que duvidam da narrativa diluviana: “O dilúvio é uma representação simbólica, sem vínculo especial com qualquer evento que possa ter ocorrido há milhares de anos”, afirma o teólogo Fernando Altemeyer, já citado. Para ele, e para a revista, a narrativa bíblica representa uma renovação simbólica, uma espécie de divisor de águas (bem sugestivo).

Falando no embate entre criacionismo x evolucionismo, é notável que ambas as revistas denigrem o primeiro e exaltam o segundo. Em 6/02, por exemplo, a *Super* abordou a teoria do planejamento inteligente, subestimando-o: “Apesar do *status* de ciência pretendido por seus defensores, o neocriacionismo não deixa de dar seqüência, nos dias atuais, ao embate centenário entre religiosos e evolucionistas”. A reportagem tenta relacionar a teoria citada com o criacionismo bíblico, apresentando-a como retrógrada, improvável e anti-científica.

Cerca de um ano antes (8/01), era a *Galileu* quem discutia o tema. Com o título “A religião contra-ataca”, a revista da Editora Globo relata o esforço que criacionistas empreendem para tirar do currículo escolar disciplinas relacionadas à teoria do Big-Bang ou a idade da Terra. Os primeiros parágrafos da matéria já mostram qual a linha a ser adotada pelo repórter – um atenuado manifesto de indignação contra a anti-intelectualidade do protestantismo estadunidense.

Por todo o texto, percebe-se a tentativa em relacionar a interferência religiosa no ensino com os fundamentalistas religiosos. Frases tendenciosas como “calcula-se que um terço dos professores [nos Estados Unidos], mal pagos e mal formados, são criacionistas”; ou a inserção clara da opinião pessoal do repórter, como “os novos criacionistas também aperfeiçoaram as táticas desde os tempos em que brandiam a Bíblia e chamavam os defensores da evolução de pecadores. (...) Chamam-se ‘criacionistas científicos’”, atestam uma insistente tentativa de inferiorizar a teoria criacionista e seus adeptos mediante a ironia e o sarcasmo.

Ambas as revistas revelam um caráter exageradamente racionalista ao tratar de religião. Tanto a *Super* quanto a *Galileu* esquecem-se de verificar a cartilha do jornalismo e da ciência. Desprezam a observação metódica, seguida de fiel descrição dos fatos e verificação, elementos fundamentais para o processo científico. Demonstram carência na abordagem de outros pontos de vista, manifestam tendência preconceituosa e preestabelecida, abomináveis no antro das redações.

Galileu e *Super* diferenciaram-se apenas na forma de se comunicar com o leitor – a primeira dissecou os fatos, trazendo uma linguagem mais acessível ao público não instruído, enquanto a segunda utilizou um vocabulário mais rebuscado, técnico e direcionado a um público especializado. Fora isso, pode-se dizer que, se tratando de religião, predominam idéias aversivas, intolerantes, ateístas e agnósticas, seja lá qual for o tipo de roupagem.

Em dezembro de 2002, duas revistas trouxeram como matéria de cada a história de Jesus. A *Superinteressante*, como geralmente faz quando se aventura em temas de fé (um verdadeiro desvio de sua proposta editorial original, de ser uma revista científica, como bem o sabem aqueles que a acompanharam quando de seu lançamento há uma década e meia), estampou um título nem um pouco modesto em sua capa recordista: “A verdadeira história de Jesus. “A outra revista foi a *Veja*, com a chamada “O que Ele tem a dizer a você hoje”, cuja matéria se mostra bem mais ponderada.

Mas falemos antes do texto da *Super*. Logo de início, o artigo afirma que “além dos evangelhos – que não podem ser considerados fontes imparciais de sua [de Jesus] vida, já que foram escritos por seus seguidores – há apenas uma menção direta a Ele, citada pelo historiador judeu Flávio Josefo, que escreve sobre sua morte no livro *Antigüidades judaicas*, feiro provavelmente no fim do século I”.

No entanto, adiante, o texto menciona a história de Paulo, relatada no *Livro de Atos*, cujo autor é Lucas, e a aceita como verídica. Fica no ar a pergunta: quando se deve aceitar ou descartar um texto bíblico?

Ainda na mesma matéria questiona-se o nascimento de Jesus em Belém, afirmando-se que Ele teria nascido, na verdade, em Nazaré. Diz-se, também, que a execução dos recém-nascidos por Herodes, a fuga de Maria e José para o Egito e a existência dos sábios do oriente não passam de invenções acrescentadas pelos evangelistas, ou uma “licença poética”, como traz o texto. É a moda contestatória aí, de novo.

Citando Gabriele Cornelli, professor de Teologia e Filosofia da Universidade Metodista de São Paulo, a *Super* informa que, tendo como base as parábolas de Jesus, Ele muito provavelmente teria sido um camponês, e não um carpinteiro. Isso significa que o médico Drauzio Varella, por exemplo, teria sido um detento, pelo fato de ter escrito um livro tão detalhado sobre o dia-a-dia da antiga Casa de Detenção do Carandiru? Jesus falava para (entre outras pessoas e grupos sociais) os camponeses, e como bom mestre que era usava informações do cotidiano deles.

A matéria da *Super* ignora ainda o contexto espiritual da pregação de Cristo (o que não se deve fazer, considerando-se quem Ele é) ao sugerir que Ele teria iniciado sua pregação motivado por um sentimento de injustiça social em relação à opressão romana. E diz, também, que muitos curandeiros realizavam curas como um ato subversivo em relação ao poderio do templo judaico. Qualquer leitor da Bíblia sabe que Jesus enfatizou a paz (dê a César o que ;e de César; dê a outra face ao que lhe bater; e por aí vai) e sempre se referiu ao seu reino como não sendo deste mundo.

A bem da verdade, é preciso que se diga que a *Superinteressante*, nessa matéria em análise, faz uma boa descrição sobre o tempo e os hábitos de vida na época de Cristo. Mas, ao apresentar diferentes opiniões sobre Jesus – como no caso em que um estudioso afirma ter sido ele analfabeto, e outro diz o contrário -, evidencia ter escolhido o título para a capa levando em conta mais a publicidade do que o jornalismo. Afinal, qual a verdadeira história de Jesus? Nem eles respondem.

No caso da *Veja* de dezembro de 2002, é feita verdadeira retrospectiva da história do cristianismo, afirmando-se, inclusive, que “trouxe nova moral e um mundo saturado de crueldade casual e de paixão pela morte alheia... Uma moral que conferiu aos homens sua humanidade e na qual a virtude é a sua própria recompensa – sob cuja égide ainda vivemos, independentemente de crença”.

No texto “A ciência à procura de Cristo”, da mesma edição, é dito que se descobriu “mais sobre Jesus Cristo nos últimos trinta anos do que nos dois mil anteriores. O que se tem de novo é uma impressionante coleção de objetos e documentos que coincidem com os relatos bíblicos e que ajudam a dar contornos mais nítidos à figura histórica de Jesus”. Constatação simples, sem preconceitos e bem-vinda.

Infelizmente, a despeito da relativa imparcialidade da *Veja* de dezembro, o ponto comum em todas as matérias citadas (e em quase tudo o que a mídia secular publica sobre Jesus) é o peso maior dado às declarações dos especialistas (quase sempre de orientação humanista) e aos livros escritos sobre Jesus, em detrimento das próprias palavras de Jesus, registradas nos evangelhos – estes sim, geralmente questionados quanto à veracidade histórica.

Conclusão

O grande objetivo da revista *Superinteressante*, e das outras estudadas, é a venda, apesar do suposto interesse na divulgação científica. Os temas são escolhidos com base na aceitação do público, e toda a revista é montada no sentido de chamar a atenção.

A *Super*, em suas matérias com temas históricos, segue uma certa linha padrão: buscar temas comuns e tentar desmistificá-los. É o caso dos Bandeirantes, do Descobrimento, dos Faraós, etc. Tudo baseando-se em análises ditas científicas.

No entanto, como já foi dito antes, a escolha do tema da capa também leva em conta o interesse momentâneo do público (como nos temas referentes aos filmes de Hollywood) e certos assuntos que sempre tiveram grande repercussão, como a religião.

O aspecto gráfico da revista impressiona, e é exatamente essa a intenção; a qualidade da impressão é excelente, a escolha das fotos e das gravuras é cuidadosa e realmente impressionante. Até os fundos das páginas completamente abarrotadas de letras é atraente. Tudo para atrair a atenção do leitor.

E o modo como as matérias são escritas também é interessante: firme e extremamente seguro. O leitor leigo tem a impressão de que o autor realmente sabe do que está falando, o que não é o caso em algumas vezes. Embora isso não se aplique aos especialistas, a revista ajuda o público leigo a formar suas opiniões sobre diversos assuntos.

Do ponto de vista acadêmico, no entanto, o conteúdo dos textos é duvidoso, pois são, em sua maioria, escritos por jornalistas, e não por historiadores. Visando a venda, claro, o texto jornalístico é mais fácil de ser assimilado e muito mais atraente.

Existe, lógico, pesquisa em cima dos temas, mas são apresentadas visões tendenciosas sobre os assuntos, e as fontes utilizadas nem sempre (aliás, quase nunca), são as mais indicadas.

Apesar de tudo isso, a *Super* desempenha um papel importante na disseminação da cultura relacionada à História, mesmo com seus textos jornalísticos e tendenciosos. Pois seu campo de ação é muito maior do que qualquer revista que trata de temas históricos. É a revista de divulgação científica mais vendida, e é totalmente montada e planejada para continuar no topo das vendas.

Bibliografia

BUENO, Wilson. **Os novos desafios do jornalismo científico**. In: VII Congresso Ibero-americano de Jornalismo Científico, Buenos Aires, 2000.

BURKETT, W. **Jornalismo científico: como escrever sobre ciência, medicina e alta tecnologia para os meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CALVO HERNANDO, M. **Teoria e técnica do jornalismo científico**. São Paulo, EDCA, 1970.

CARVALHO, Alessandra P. **A ciência em revista: um estudo dos casos de Globo Ciência e Superinteressante**. (Dissertação de mestrado). São Bernardo do Campo: IMS, 1996.

JAGLE, A. Imprensa e educação científica. **Ciência e Cultura**. jun.1979.

LIMA, M.R.D.V. **Ciência Hoje nas Bancas**. São Bernardo do Campo. Instituto Metodista de Ensino Superior, 1992.

MELO, J.M. **Quando a ciência é notícia: estudo comparativo da cobertura científica na imprensa diária do Rio de Janeiro e de São Paulo**. São Paulo, ECA, 1986.

REIS, J. Ciência e jornalismo. **Ciência e Cultura**, 1972.

SANTOS, V.L.O. Jornalismo científico: definições, origem e história. **Ciência e Cultura**, 1978.

Revistas:

Revista *Veja*, edição de dezembro de 2002.

Revista *Galileu*, edição de julho de 2002.

Revista *Superinteressante*, várias edições.

ECLÉTICA - 2005

Publicação eventual do Departamento de História/FFLCH/USP.

A HISTÓRIA EM BANCAS DE JORNAL

Créditos:

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi

Vice-Reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sedi Hirano

Vice-Diretor: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini

Departamento de História

Chefe: Prof. Dr. Modesto Florenzano

Suplente: Profa. Dra. Maria Lígia Prado

Responsável: Profa Dra. Raquel Glezer

Monitora PAE – Estágio de Preparação Pedagógica: Silene Ferreira Claro

Trabalho de curso da disciplina Teoria da História I – 0401 - Noturno - 1º. Sem. 2005.